

Muitas dívidas e duas bandeiras



Nossa cidadania não avançou a ponto de impor limite aos gastos do governo

Há gente que vê a dívida pública como algo que não lhe diz respeito, por ser uma dívida do governo. Na realidade, a dívida é de todos nós. Pagamos parte de seus juros, o seu custo no presente. E, num volume cada vez maior, ela continua a acumular um pesado ônus para o futuro.

O pagamento parcial dos juros é feito com o tal superávit primário de que tanto falam economistas e políticos, e que ocupa grande espaço na imprensa. Esse superávit é a diferença entre as receitas e os gastos do governo, excluídas destes as despesas com juros. Essa diferença, positiva, é usada para pagar esses juros, mas não é suficiente. Em 2002, o superávit primário deve alcançar 3,9% do produto interno bruto (PIB). Em números aproximados, como o PIB tem um valor enorme, de R\$ 1,3 trilhão, esse superávit alcança um alto valor absoluto, R\$ 51 bilhões, que equivale a um terço de todos os gastos sociais do governo federal, incluindo aí a previdência e assistência social, educação, saúde e outros. Não sendo o superávit primário suficiente para pagar toda a conta dos juros, que este ano deve alcançar 11,4% do PIB (R\$ 152 bilhões!), o resultado final das contas do governo será um déficit de 7,5% do PIB (R\$ 98 bilhões!), o qual se somará à dívida, que assim vai crescendo continuamente. Este ano deve alcançar um número perto de R\$ 800 bilhões (!!!).

Em que pese esse quadro assustador, as pressões para aumentar os gastos públicos continuam fortes e vem aí uma nova onda de acréscimos. Entre outros, haverá o do novo salário mínimo, que promete romper a barreira do reajuste do seu poder aquisitivo. Na outra ponta, essa gente que já tem uma boa remuneração paga pelos cofres públicos, como deputa-

dos e senadores, também quer pegar a onda.

Lamentavelmente, nossa cidadania ainda não avançou a ponto de impor um limite para os gastos do governo, que padece daquilo que os economistas chamam de "restrição orçamentária frouxa". É um nome técnico para o grande carnaval que são as finanças

públicas nacionais. Em cima dos carros alegóricos estão os políticos a dançar e cantar em ritmo de gastança. Já em baixo, a empurrar insensata e inquestionadamente esses carros, está o povo, com a energia dos impostos que paga e da dívida que acumula.

Nesse quadro, um grande avanço foi feito quando foram impostos limites ao endividamento dos Estados e municípios, bem como estabelecidos compromissos quanto ao serviço da dívida já existente. O povo se manteve alheio a essa discussão, resolução, lá em Brasília, não tanto sob pressão do interesse público, mas da perspectiva de um caos ainda maior, por conta de um endividamento descontrolado. No processo, o governo federal assumiu dívidas de Estados e municípios e estes passaram a dever ao governo federal a prazos mais longos e juros mais módicos. Em troca, comprometeram-se a fazer um repasse médio de até 13% de sua receita para o serviço de sua dívida com a União.

Agora, diante do novo quadro político em Brasília, muitos governadores e prefeitos estão a pressionar o governo federal para reduzir esse comprometimento de sua receita com o serviço da dívida. Trocando em miúdos: querem pagar menos para poder gastar mais. Com a União recebendo menos, abre-se um buraco ainda maior em Brasília. Mais impostos e/ou mais dívidas, o certo é que sobraria para você, leitor, e seus descendentes.

A maioria dos governadores e prefeitos endividados quer essa redução dos pagamentos do serviço da dívida. Preocupações com o interesse público e nacional estão distantes de sua cabeça, mais voltada para fazer novas dívidas do que para honrar dívidas passadas. Não sou daqueles que acham que nossos governantes operam na linha do "rouba, mas faz", na sua versão tradicional. Mas esse caminho de fazer mais gastos sempre com mais dívidas e mais impostos também rouba o País na sua vulnerabilidade econômico-financeira e é um desrespeito a seus cidadãos. Estes, por sua vez, precisam deixar sua passividade diante de assuntos como esse, reagindo à sua condição atual de meros empurradores do carro carnavalesco já citado.

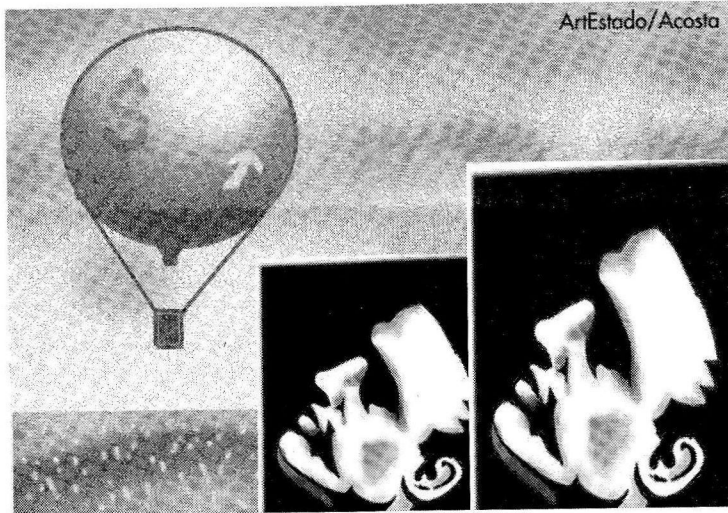
No meio da discussão, felizmente algumas cabeças sensatas se têm manifestado contra a idéia. Merece destaque a posição do governador paulista, Geraldo Alckmin, responsável pelo Estado que, por força de suas dimensões, é também o maior devedor, mas que se distingue, também, por ter realiza-

do, desde o início da gestão Mário Covas, um bem-sucedido programa de saneamento financeiro. Falando sobre o assunto, Alckmin tem alertado para os danos que a renegociação pode trazer às finanças públicas do País, bem como para a necessidade de os governadores e prefeitos pensarem no interesse público e nacional.

Numa de suas declarações, referiu-se ao lema do brasão do Estado, que diz "pro Brasilia fiant eximia", isto é, pelo Brasil seja feito o melhor. Essa é a bandeira correta. Em contraste, o novo governador mineiro, Aécio Neves, um dos líderes do movimento de renegociação, parece haver tomado o lema da sua bandeira estadual, o "libertas quae sera tamen", ou liberdade ainda que tardia, para aplicá-lo aos compromissos da dívida de Minas Gerais, numa visão que não faz justiça ao sentimento de brasilidade que originou essa bandeira.

Ainda que o governador mineiro se tenha revelado mais comedido nas suas últimas declarações, seria importante que recuperasse a autêntica raiz da bandeira de seu Estado, unindo-se aos que pensam no interesse nacional. Não será atuando em contrário que realizará suas aspirações de liderança também fora das fronteiras de seu Estado, pois sua atitude seria um ponto negativo nesse vestibular para vãos maiores.

De sua parte, o novo governo federal deveria simplesmente tirar esse assunto de sua agenda de reuniões com governadores e prefeitos. A negociação entre eles e a União, que levou ao acerto em vigor, foi muito difícil e demorada, tomando quase uma década. Reabri-la terá o efeito de destampar essa caixa de Pandora das finanças públicas nacionais, onde repousam, se não todos, muitos dos males que as contaminaram de forma quase definitiva, afora outros que poderão surgir numa nova e detestável roupagem.



■ Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade de Harvard (EUA), é pesquisador da Fipe-USP e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie
E-mail: roberto@macedo.com